



PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
Atos do Prefeito

DECRETO Nº 15.119/2023

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 4º, da Lei nº 3765, de 30 de dezembro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto crédito suplementar e outras alterações orçamentárias ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais e zero centavos) para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.

Art. 2º- O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o artigo 43, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 26 de outubro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 26 DE OUTUBRO DE 2023.

AXEL GRAEL – PREFEITO

ANEXO AO DECRETO Nº 15.119/2023
CRÉDITO SUPLEMENTAR E OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

ORGAO/UNIDADE	PROGRAMA	DE	ND	FT	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
53.51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZACAO E SANEAMENTO	15.451.0010.5566	449051	170400	5.000.000,00	-
22.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE	15.451.0011.5569	449061	170400	-	5.000.000,00
TOTAL DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS					5.000.000,00	5.000.000,00

NOTA:

FONTE 1.704.00 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE A ROYALTIES DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL: PRINCIPAL - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

DECRETO Nº 15.120/2023

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 4º, da Lei nº 3765, de 30 de dezembro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e outras alterações orçamentárias ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 114.687,00 (cento e quatorze mil, seiscentos e oitenta e sete reais e zero centavos) para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o artigo 43, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 26 de outubro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 26 DE OUTUBRO DE 2023.

AXEL GRAEL – PREFEITO

ANEXO AO DECRETO Nº 15.120/2023
CRÉDITO SUPLEMENTAR E OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

ORGAO/UNIDADE	PROGRAMA	DE	ND	FT	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
78.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ACESSIBILIDADE	14.122.0145.4955	319011	150149	114.687,00	-
12.01	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	04.122.0145.4955	319011	150149	-	114.687,00
TOTAL DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS					114.687,00	114.687,00

NOTA:

FONTE 1.501.49 - OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS: RENDIMENTO FINANCEIRO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

DECRETO Nº 15.121/2023

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI**, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica considerado ponto facultativo, nas repartições públicas municipais, no dia 03 (sexta-feira) de novembro do corrente ano, salvo nas repartições cujo serviço, a juízo do respectivo Chefe, for indispensável, em virtude de exigências técnicas ou por motivo de interesse público.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 26 DE OUTUBRO DE 2023.

AXEL GRAEL- PREFEITO

Portarias

Port. Nº 1653/2023- Aposentar, de acordo com os incisos I, II, III e o parágrafo único do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, publicada em 06 de julho de 2005, **ADRIANA PACHECO DE CAMPOS ANTUNES, AGENTE ADMINISTRATIVO, nível 03, categoria I**, do Quadro Permanente, matrícula nº **1229.881-8**, com os proventos fixados pela Secretaria Municipal de Administração Referente ao processo nº **9900034145/2023**.

Port. Nº 1654/2023- Aposentar, de acordo com os incisos I, II, III e o parágrafo único do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, publicada em 06 de julho de 2005, **ELIANA DA SILVA NOVAES, TÉCNICO DE PROCURADORIA, nível PA-2, classe C**, do Quadro Permanente, matrícula nº **1216.829-2**, com os proventos fixados pela Secretaria Municipal de Administração Referente ao processo nº **20/1344/2023**.

Corrigenda

Na Lei nº 3822/2023, publicada em 26/10/2023, onde se lê: AUTORA: BENNY BRIOLLY - COAUTORES: PAULO EDUARDO GOMES E PROFESSOR TULIO MOTA, leia-se: AUTORA: BENNY BRIOLLY, COAUTORES: DANIEL MARQUES, EMANUEL ROCHA, PAULO EDUARDO GOMES, RENATO CARIELLO E PROFESSOR TULIO MOTA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORT. Nº 1836/2023- Prorroga, excepcionalmente, por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº **020/000470/2023**, instaurado pela **Portaria nº 441/2023**.

PORT. Nº 1837/2023- Prorroga, excepcionalmente, por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº **020/000476/2023**, instaurado pela **Portaria nº 442/2023**.

PORT. Nº 1838/2023- Prorroga, excepcionalmente, por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº **020/000482/2023**, instaurado pela **Portaria nº 443/2023**.

PORT. Nº 1949/2023- Prorroga, por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar sob nº **020/5887/2021**, instaurado através da **Portaria nº 1162/2023**.

PORT. Nº 1950/2023- Prorroga, por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar sob nº **9900026224/2023**, instaurado através da **Portaria nº 1289/2023**.

PORT. Nº 1951/2023- Prorroga, excepcionalmente, por 30 (trinta) dias, por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº **020/000471/2023**, instaurado pela **Portaria nº 445/2023**.

PORT. Nº 1952/2023- Prorroga, excepcionalmente, por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº **020/000483/2023**, instaurado pela **Portaria nº 447/2023**.

PORT. Nº 1953/2023- Considerar designados, **LUCAS PIRES DOS SANTOS** mat. nº 1246.261-0 e **MARCELO OLIVEIRA SCHNEIDER** mat. nº 1246.262-0 para **FISCAIS** do Contrato nº 13/2023 celebrado com a empresa **MENCHINI CONTINENTAL LTDA**.

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PROCESSO Nº 9900045937/2023- Designa **CARLA MARIA ARMOND**, para atuar como secretária da referida Comissão.

PROCESSO Nº 9900045930/2023- PORTARIA Nº 1879/2023- Designar a Assistente de Planejamento **CARLA MARIA ARMOND**, para atuar como secretária da referida Comissão.



PROCESSO 9900045932/2023- PORT. Nº1880/2023- Designa **CARLA MARIA ARMOND**, para atuar como secretária da referida Comissão.
PROCESSO 9900045934/2023- PORT. Nº1881/2023- Designa **CARLA MARIA ARMOND**, para atuar como secretária da referida Comissão.
PROCESSO Nº9900045935/2023- PORT. Nº1882/2023- Designa **CARLA MARIA ARMOND**, para atuar como secretária da referida Comissão.

Despacho do Secretário

9900039420/2023- Equiparação Salarial- Deferido

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2023

Indefiro à impugnação impetrada pela empresa **SUNO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. – CNPJ nº 30.401.724/0001-08**, para o Pregão Eletrônico nº 034/2023, com base no contido no parecer da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2023

Indefiro à impugnação impetrada pela empresa **SUNO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. – CNPJ nº 30.401.724/0001-08**, para o Pregão Eletrônico nº 035/2023, com base no contido no parecer da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos.

APOSTILA DE FIXAÇÃO DE PROVENTOS

Ficam fixados, em **R\$ 7.179,57** (Sete mil cento e setenta e nove reais e cinquenta e sete centavos), os proventos mensais de **ADRIANA PACHECO DE CAMPOS ANTUNES**, aposentada no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO, nível 3, categoria I**, do Quadro Permanente, matrícula nº **1229.881-8**, conforme as parcelas abaixo discriminadas:

Vencimento do cargo– Lei nº 3.799/2023, publicada em 01/07/2023– incisos I, II, III e o parágrafo único do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, publicada em 06/07/2005.....R\$ 2.652,16

Adicional de Tempo de Serviço– 35%- artigo 98 inciso I e 145 da Lei nº 531/85, c/c o artigo 1º da Deliberação nº 2833/72, calculada sobre o vencimento do cargo integral.....R\$ 928,26

Parcela de Direito Pessoal– 2/3 do símbolo CC-2- artigo 98 inciso II da Lei nº 531/85 c/c artigo 17 da Lei nº 1.164/93, calculado sobre o símbolo CC-2.....R\$ 692,69

Parcela de Direito Pessoal– 90% de Tempo Integral, artigo 98, inciso II da Lei nº 531/85, c/c o artigo 17 da Lei nº 1.164/93 e artigo 5º inciso III, Decreto nº 3969/83, calculado sobre o cargo efetivo.....R\$ 2.386,94

Parcela de Direito Pessoal – 50% de Trabalho Técnico e Científico símbolo CC-2 artigo 98, inciso II da Lei nº 531/85, c/c o artigo 17 da Lei nº 1.164/93 e artigo 9º,

Deliberação nº 2.937/75, calculado sobre o símbolo CC-2.....R\$ 519,52

TOTAL:.....R\$ 7.179,57

APOSTILA DE FIXAÇÃO DE PROVENTOS

Ficam fixados, em **R\$ 7.130,46** (Sete mil, cento e trinta reais e quarenta e seis centavos), os proventos mensais de **ELIANA DA SILVA NOVAES**, aposentada no cargo de **TÉCNICO DE PROCURADORIA, nível PA-2, classe C**, do Quadro Permanente, matrícula nº **1216.829-2**, conforme as parcelas abaixo discriminadas:

Vencimento do cargo– Lei nº 3.799/2023, publicada em 01/07/2023– incisos I, II, III e o parágrafo único do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, publicada em 06/07/2005.....R\$ 2.974,97

Adicional de Tempo de Serviço– 35%- artigo 98 inciso I e 145 da Lei nº 531/85, c/c o artigo 1º da Deliberação nº 2833/72, calculada sobre o vencimento do cargo integral.....R\$ 1.041,24

Parcela de Direito Pessoal– 2/3 do símbolo CC-3- artigo 98 inciso II da Lei nº 531/85 c/c artigo 17 da Lei nº 1.164/93, calculado sobre o símbolo CC-3.....R\$ 458,92

Parcela de Direito Pessoal– 80% de Tempo Integral, artigo 98, inciso II da Lei nº 531/85, c/c o artigo 17 da Lei nº 1.164/93 e artigo 5º inciso III, Decreto nº 3969/83, calculado sobre o cargo efetivo.....R\$ 2.379,97

Parcela de Direito Pessoal– 40% de Trabalho Técnico e Científico símbolo CC-3 artigo 98, inciso II da Lei nº 531/85, c/c o artigo 17 da Lei nº 1.164/93 e artigo 9º, Deliberação nº 2.937/75, calculado sobre o símbolo CC-3.....R\$ 275,36

TOTAL:.....R\$ 7.130,46

Corrigenda

Na portaria nº 1948/2023, publicada em 21/10/2023: onde se lê: Remove os servidores abaixo relacionados, do Quadro Permanente, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Niterói - SEDEN, referente ao processo 9900047685/2023, leia-se: Remove o servidor abaixo relacionado, do Quadro Permanente, da Secretaria Municipal de Administração para Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Niterói - SEDEN, referente ao processo 9900047685/2023, onde se lê: Classe, leia-se Nível, onde se lê: Referência, leia-se Categoria.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Corrigenda

Na publicação referente a Autorização de Dispensa do Processo nº 540000004/2023, publicado no Diário Oficial do Município em 25/10/2023, onde se lê: "...no VALOR de R\$ 1.620,86 (hum mil e seiscentos e vinte reais e oitenta e seis centavos)", leia-se: "...no VALOR de R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais)".

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA

Atos do Diretor de Fiscalização de Posturas.

- INTIMAÇÃO Nº 016618 de 25/10/2023, ELIANE PIRES DE CAMPOS MONTEIRO DE BARROS – Rua Visconde de Mores, nº 205 - Ingá.

Nos termos do artigo 492, inciso III e parágrafo 1º, III da lei 2624/08, em virtude do contribuinte não ter sido localizado no endereço alvo da diligência fiscal ou por recusar-se a recebê-la.

- Notificação nº 002554 de 20/10/2023, NIBS PARTICIPAÇÕES S/A – CNPJ: 35.539.362/0077-38 – RUA XV DE NOVEMBRO, 08, LJ 102 – CENTRO.

Nos termos do artigo 492 III c/c artigo 472 da lei 2624/08, em virtude dos - contribuintes não terem sido localizados nos endereços alvos das diligências fiscais ou por recusarem-se a recebê-las.

- Notificação nº 002553 de 20/10/2023, NIBS PARTICIPAÇÕES S/A – CNPJ: 35.539.362/0077-38 – RUA XV DE NOVEMBRO, 08, LJ 102 – CENTRO.

Nos termos do artigo 492 III c/c artigo 472 da lei 2624/08, em virtude dos - contribuintes não terem sido localizados nos endereços alvos das diligências fiscais ou por recusarem-se a recebê-las.

Processo: 9900041232/2023- Nome do Requerente: TELEFONICA BRASIL S.A.- Julgo IMPROCEDENTE o pedido de Impugnação, mantendo a Intimação 016753.

CORRIGENDAS: Tem a presente notificação, a finalidade de retificar erro no preenchimento do auto de infração nº 6975 de 19/10/2023, como segue: onde se lê: R\$ 979,71 (novecentos e setenta e nove reais e setenta um centavos) leia-se: R\$ 791,71 (setecentos e noventa e um reais e setenta e um centavos)

Tem a presente notificação, a finalidade de retificar erro no preenchimento do auto de infração nº 6376 de 19/10/2023, como segue:

Onde se lê: R\$ 979,71 (novecentos e setenta e nove reais e setenta um centavos) Leia-se: R\$ 791,71 (setecentos e noventa e um reais e setenta e um centavos)

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Diretor do DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS comunica que os abaixo relacionados, recusaram-se a assinar, ou receber as intimações e /ou autos de infração ou estavam ausentes, no momento da ação fiscal.

AUTO DE INFRAÇÃO

CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO BISPO DOM JOSÉ- Av. Amaral Peixoto, 171-Centro-A.I.04757/2023; EGR 02 SPE S/A – Rua Dr. Celestino, 122, Loja 102- Centro- A.I.04758/2023; ADRIANO CARLOS SAMPAIO – Rua General Estilac Leal, 151-Barreto- A.I.01797/2023; SANDRA CURY FERNANDES – Rua Mariz e Barros, 165- Icaraí- A.I.04806/2023.

INTIMAÇÃO

O RESPONSÁVEL – Estrada Caetano Monteiro c/ Rua Chile, 117-Vila Progresso- Int.32573/2023; O PROPRIETÁRIO – Rua Boa Vista, 58- São Francisco- Int.32403/2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



PORT. nº 11/2023 - Dispensa de Licitação- Processo nº 9900036904/2023
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO ART. 75 DA LEI 14133/21, INCISOS I E II E NO DECRETO 14.730/23, ART.92.

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, em conformidade com o art. 75 da Lei 14133/21, incisos I e II e no Decreto 14.730/23, art.92, torna público aos interessados que o órgão pretende contratar o serviço de Produção para a realização de III Conferência Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, conforme Termo de Referência disponível no link <https://niteroi.rj.gov.br/2023/10/19/interesses-de-contratacao-direta-smcti/>, no valor de R\$ 30.050,00 (trinta mil e cinquenta reais). Poderão os interessados apresentarem proposta de preços no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, ocasião em que a administração selecionará a proposta mais vantajosa. A proposta deverá ser encaminhada para o e-mail smcti@smcti.niteroi.rj.gov.br, até a data limite.

PORT. nº 12/2023 - Dispensa de Licitação - Processo nº 9900036903/2023

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO ART. 75 DA LEI 14133/21, INCISOS I E II E NO DECRETO 14.730/23, ART.92.

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, em conformidade com o art. 75 da Lei 14133/21, incisos I e II e no Decreto 14.730/23, art.92, torna público aos interessados que o órgão pretende contratar o serviço de Gráfica para a realização de III Conferência Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, conforme Termo de Referência disponível no link <https://niteroi.rj.gov.br/2023/10/19/interesses-de-contratacao-direta-smcti/>, no valor de R\$ 40.008,20 (quarenta mil e oito reais e vinte centavos). Poderão os interessados apresentarem proposta de preços no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, ocasião em que a administração selecionará a proposta mais vantajosa. A proposta deverá ser encaminhada para o e-mail smcti@smcti.niteroi.rj.gov.br, até a data limite.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Despacho da Secretária

EXTRATO Nº 075/2023

Autorizo, na forma da lei, a dispensa da licitação com fundamento nos Artigos 23, II, Alínea "a" e 24, II da Lei Federal nº 8.666/93. **PARTES:** Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos e a empresa MARIA PAULA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA. **OBJETO:** Aquisição de ferramentas, sendo: 18 CARRINHOS DE MÃO REFORÇADOS CHAPA 18 PNEU E CÂMARA; 18 PÁ QUADRAD Nº 5 C/ (Y) METÁLICO; 18 CABO DE PÁ; 16 PICARETA C/ CABO; 30 VASSOURAS DE PIAÇA CHAPA Nº 5; 22 VASSOURAS DE PIAÇA GARI REFORÇADAS e 18 ENXADA LARGA C/ CABO DE MADEIRA 1,50 CM, para uso do setor de manutenção asfáltica da SECONSER. **VALOR:** R\$12.344,00 (doze mil trezentos e quarenta e quatro reais). Proc.nº9900015505/2023. DATA: 27/03/2023.

EXTRATO Nº 117/2023

Autorizo, na forma da lei, a dispensa da licitação com fundamento nos Artigos 23, II, Alínea "a" e 24, II da Lei Federal nº 8.666/93. **PARTES:** Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos e a empresa DIEGO MACHADO BARRETO 11616238763, **OBJETO:** Serviço de reparo do pistão, de solda, retífica de cabeçote do caminhão Munck, Volkswagen 15180, ano 2001, Placa LNK-4606, nº de ordem 227, que atende a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos na manutenção da cidade de Niterói. **VALOR:** R\$ 11.650,00 (onze mil seiscentos e cinquenta reais). Proc.nº9900027032/2023. DATA: 30/06/2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DO IDOSO

Portaria SMID Nº 002/2023- Comissão de Seleção do chamamento público nº 001/2023 - SMID para celebração de parceria com organização da sociedade civil para a gestão do projeto Projeto Caravana Cultural da Melhor Idade.

O Secretário Municipal do Idoso, **JOSÉ ANTONIO TORO FERNANDEZ**, responsável pela gestão dos contratos e aditivos da Secretaria Municipal do Idoso, em conformidade com o Processo Administrativo nº 9900020369/2023, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que estabelece a legislação em vigor, **RESOLVE:**

Art.1º- Designar os servidores, **Ricardo Teixeira Tome Barbosa - matrícula nº 1224502-5, Bruno Vieira Santos - Matrícula nº 1246899-0 e Guilherme Henrique Soares David, matrícula nº 1245325-0** para membros titulares da Comissão de Seleção do chamamento público nº 001/2023 - SMID para celebração de parceria com organização da sociedade civil para a gestão do projeto Projeto Caravana Cultural da Melhor Idade. - processo administrativo nº 9900020369/2023.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

UNIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA REGIÃO OCEÂNICA SUSTENTÁVEL

Extrato SMO/UGP/CAF nº 019/2023

INSTRUMENTO: 5º Termo Aditivo para acréscimo e supressão do objeto do Contrato SMO/UGP/CAF nº 004/2021, Processo nº 9900029565/2023

OBJETO: Obras de urbanização e edificações do Parque Orla Piratininga. **PARTES:** Município de Niterói, através da Secretaria de Obras e Infraestrutura e o Construtora ZADAR Ltda. **PRAZO:** O presente Termo Aditivo não altera o prazo contratual. **VALOR:** R\$ 1.014.527,23 (um milhão, quatorze mil, quinhentos e vinte e sete reais e vinte e três centavos). **VERBA:** Programa de Trabalho: 5301.15.451.0147.5320, Natureza de Despesa: 44.90.51 - Fonte 704 - Nota de Empenho nº 2885 **FUNDAMENTO:** Art. 58, inciso I c/c art. 65, inciso I, "b" e seu § 1º, da Lei Federal 8666/93 e demais terminações legais que versem sobre. **DATA DA ASSINATURA:** 19 de outubro de 2023. **Omitido do DO de 20/10/2023.**

Extrato SMO/UGP/CAF nº 018/2023

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo para prorrogação de prazo do Contrato SMO/UGP/CAF nº 008/2022, Processo nº 9900041873/2023. **OBJETO:** Obras de saneamento ambiental da Comunidade da Ciclovía. **PARTES:** Município de Niterói, através da Secretaria de Obras e Infraestrutura e a Construtora ZADAR Ltda. **PRAZO:** 180 (cento e oitenta dias), a contar de 20/10/2023, com término em 16/04/2024. **VALOR:** A presente prorrogação não altera o escopo dos serviços, não havendo acréscimo ou decréscimo dos valores contratuais. **FUNDAMENTO:** Art. 57, § 1º, inciso II, da Lei Federal 8666/93 e demais terminações legais que versem sobre. **DATA DA ASSINATURA:** 19 de outubro de 2023. **Omitido do DO de 20/10/2023**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

PORT. Nº 115/2023- O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, em conformidade com o Processo Administrativo nº 230000002/2023, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no Decreto 13.996/2023 e tendo em vista o que estabelece a legislação em vigor, **RESOLVE:**

Art. 1º. Designar a servidora Maria da Graça Lins Ferreira-matrícula nº 124361-0, em substituição ao servidor Rubens Tavares Goulart-matrícula nº 1240578-0, da composição da Comissão de Seleção do Chamamento Público nº 01/2023, relativo à seleção de organização de sociedade civil interessada em celebrar termo de colaboração para a Gestão Administrativa do Parque Esportivo Municipal de Niterói, à contar de 06/06/2023.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORT. Nº 120/2023- O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, em conformidade com o Processo Administrativo nº 230000002/2023, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no Decreto 13.996/2023 e tendo em vista o que estabelece a legislação em vigor, **RESOLVE:**

Art. 1º. Designar o Gestor e os membros para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação, nos termos do art.2º, VI e XI da Lei nº 13.019/2014, referente a parceria constante no Chamamento Público SMEL nº 01/2023-Gestão do Parque Esportivo Municipal de Niterói:

- a) O servidor Gilberto da Conceição do Nascimento Pereira - matrícula 12451910 (gestor)
- b) O servidor Robson Gomes de Azevedo - matrícula 12288322 (efetivo município)
- c) O servidor Marcus Vinicius de Oliveira Considera - matrícula: 12430650 (membro da comissão)
- d) Vladilson Fernandes da Silva - matrícula 12430950 (membro da comissão)

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS CULTURAS

PORT. Nº 031, DE 26 DE OUTUBRO DE 2023- Delega competência para fiscalização de contrato no âmbito da Secretaria Municipal das Culturas. A SECRETARIA MUNICIPAL DAS CULTURAS, no uso de suas atribuições, resolve:

Artigo 1º - Delegar aos servidores ESTER MIRANDA LEMOS, Matrícula nº 12467450 e ROSANE RAMOS COSTA, Matrícula nº 12467360, o acompanhamento e fiscalização do contrato com empresa especializada em locação de estruturais para os eventos vinculados às escutas da Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022), conforme os termos do processo 9900028505/2023.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 495/2023

INSTRUMENTO: Contrato nº 495/2023; PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DAS CULTURAS e DANIEL BOECHAT DE OLIVEIRA (CNPJ Nº 17.794.846/0001-43); OBJETO: Contratação de empresa especializada em locação de estruturas para os eventos vinculados às escutas da Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº195, de 08 de julho de 2022); VALOR GLOBAL: R\$ 17.300,00 (dezesete mil e trezentos reais); PRAZO: 25 a 27 de outubro de 2023; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 41.01.13.392.0136.4108, NATUREZA DA DESPESA: 33.90.39, FONTE: 170400, EMPENHO: 002856/2023; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Dispensa – Lei nº 8.666/93, Artigo 24, Inciso II DATA DO CONTRATO: 23 de outubro de 2023; PROCESSO ADMINISTRATIVO: 9900028505/2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Regimento Interno da I Conferência Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de Niterói

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO, LOCAL E TEMA

Art. 1º - A I Conferência Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de Niterói convocada pelo Decreto Municipal nº 14.937/2023, será coordenada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de Niterói, com o tema: **“RADICALIZANDO A DEMOCRACIA”**.

Parágrafo Único: A Conferência será realizada em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil.

Art. 2º - A Conferência será realizada nos dias 27, 28 e 29 de outubro de 2023, no dia 27 de outubro, na sala Nelson Pereira, Reserva Cultural, Av. Visconde do Rio Branco, 880 – São Domingos e, nos dias 28 e 29 de outubro, em parceria com a Universidade Federal Fluminense, na Faculdade de Direito, Rua Presidente Pedreira, 62 – Ingá, em Niterói – RJ.

Parágrafo Único: O evento deverá garantir acessibilidade arquitetônica e comunicacional, sendo gratuito e aberto aos interessados, mediante inscrição prévia.

Art. 3º - A Conferência constitui-se em instância de participação da Sociedade Civil e do Governo e tem por objetivo propor diretrizes e apontar estratégias para consolidação de um Plano Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Parágrafo Único: Não haverá eleição de delegados (as) para etapa estadual e federal, uma vez que não há indicativo de chamada para Conferência de Direitos Humanos em escala estadual ou nacional.

Art. 4º - Uma política de transversalidade entre diversos temas de Direitos Humanos pautará a Conferência debatendo os seguintes eixos em grupos de trabalho:

- 1) Promoção da Igualdade Racial
- 2) Diversidade LGBTQIA+ e Enfrentamento à Intolerância Religiosa
- 3) Migrantes, Refugiados e Apátridas
- 4) Promoção da Cidadania; enfrentamento à pobreza e saúde mental
- 5) Memória, Verdade, Justiça e Democracia
- 6) Justiça Climática e Racismo Ambiental
- 7) Educação em Direitos Humanos
- 8) Feminismos e o Enfrentamento ao Patriarcalismo
- 9) Orçamento e Políticas Públicas em Direitos Humanos
- 10) Direitos da Pessoa Idosa e Acessibilidade
- 11) Violência Institucional e Seletividade
- 12) Sistema Prisional e Egressos
- 13) Acesso à Justiça

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Art. 5º - A Conferência é convocada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC.

Art. 6º - A Conferência será presidida pela Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e será realizada nos dias 27, 28 e 29 de outubro de 2023; no dia 27 de outubro, na sala Nelson Pereira, Reserva Cultural, Av. Visconde do Rio Branco, 880 – São Domingos e, nos dias 28 e 29 de outubro, na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, Rua Presidente Pedreira, 62 – Ingá, em Niterói – RJ.

Parágrafo Único: Na ausência ou impedimento da titular da Secretaria, a Conferência será presidida pela titular da Subsecretaria a ser indicada pela Secretária.

Art. 7º - A Comissão Organizadora é composta por membros da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, conforme Decreto Municipal nº 15.036/2023, publicado no Diário Oficial de Niterói, em 31 de agosto de 2023.

CAPÍTULO III

DOS PARTICIPANTES

Art. 8º - Serão observadores da I Conferência Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, as pessoas previamente inscritas em formulário próprio divulgado nas redes sociais da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, e dispostas ao debate de ideias na política de direitos humanos e cidadania em Niterói, entre elas:

- I - Gestores públicos;
- II - Representantes de movimentos sociais e entidades do terceiro setor;
- III - Representantes de órgãos e entidades da sociedade civil que fazem interface com políticas públicas de direitos humanos e cidadania;
- IV - Representantes das universidades;
- V - Representantes dos Conselhos Tutelares; Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR; Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência – COMPEDE; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA; Conselho Municipal de Saúde; Conselho Municipal de Juventude; Conselho Municipal de Assistência Social; Conselho de Políticas Urbanas – COMPUR; Conselho Municipal de Política e Atenção às Drogas; Conselho dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;
- VI - Representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Sistema de Justiça na esferas Federal, Estadual e Municipal.
- VII - Representantes da Sociedade Civil, interessados na Política de Direitos Humanos e Cidadania.

Art. 9º - Serão delegados da I Conferência Municipal de Direitos Humanos e Cidadania:

- I - Representantes do Poder Executivo;
- II - Representantes dos Conselhos Municipais (Art. 8º, V);
- III - Representantes do Poder Legislativo;
- IV - Representantes da Sociedade Civil;
- V - Representantes de Instituições Federais de Ensino sediadas em Niterói;

§ 1º - A Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania será delegada nata.

§ 2º - Os mediadores dos grupos de trabalho serão considerados suplentes de delegados desta conferência.

§ 3º - Dentre os representantes da Sociedade Civil foram instadas a indicar delegados organizações com reconhecido trabalho na área de direitos humanos e que tenham interface com os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

CAPÍTULO IV

DA INSCRIÇÃO

Art. 10 - As inscrições dos(as) delegados(as) e observadores da I Conferência Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, serão efetuadas através de endereço eletrônico até 23:59h do dia 20 de outubro de 2023 e tem como objetivo identificar os participantes e a condição de participação.

§ 1º Os observadores deverão se inscrever pelo Link:

https://docs.google.com/forms/d/1SIZLXALOGZsfY_EEVc105tKNTbLtdG42rz8-fvludsk/edit

§ 2º Os delegados indicados deverão se inscrever pelo Link:

<https://docs.google.com/forms/d/1eP1HYv1eDhhLH7xysvmiRdpGzBWR9fWqbvxFddQ4pk/edit>

CAPÍTULO V

DA DINÂMICA DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

PRIMEIRA ETAPA

Art. 11 - Participação na consulta pública até dia 27 de outubro de 2023, às 23:59h, através da Plataforma COLAB, disponível nos canais oficiais e redes da Prefeitura Municipal de Niterói, que indicará propostas prioritárias a serem discutidas na Conferência.

SEGUNDA ETAPA

PROGRAMAÇÃO DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Art. 12. - Os trabalhos da I Conferência ocorrerão nos dias 27, 28 e 29 de outubro, com a seguinte programação*:

27 de outubro de 2023 (sexta-feira)

Abertura na Sala Nelson Pereira – Reserva Cultural
Av. Visconde do Rio Branco, 880 – São Domingos, Niterói – RJ
17:00 – Credenciamento
18:00 – Coquetel de Abertura
18:30 – Apresentação Artística
19:00 – Cerimônia de Abertura
20:00 – Conferência de Abertura
21:30 – Show de Encerramento

28 de outubro de 2023 (sábado)

Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense – UFF
R. Pres. Pedreira, 62 – Ingá, Niterói – RJ
08:00 – Café da Manhã
9:00 – Aprovação do Regimento Interno
10:00 – Apresentação da consulta pública via COLAB
10:30 – Palestras
12:00 – Almoço e Apresentação artística
14:00 – Discussões temáticas nos Grupos de Trabalho
16:00 – Lanche
16:30 – Retomada das discussões temáticas nos Grupos de Trabalho
18:00 – Encerramento

29 de outubro de 2023 (domingo)

Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense – UFF
R. Pres. Pedreira, 62 – Ingá, Niterói – RJ
8h – Café da Manhã
9h – Assembleia Final
Apresentação das propostas oriundas dos Grupos de Trabalho
Aprovação das Moções
12h – Lançamento do Relatório da Comissão Municipal da Verdade – 10 anos!
13h – Encerramento

*programação sujeita a alterações.

CAPÍTULO VI DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 13. - Os grupos de Trabalho serão formados às 14:00h, no dia 28 de outubro de 2023, sendo divididos conforme disposto no artigo 4º.

§ 1º - Os participantes deverão habilitar-se no grupo que pretendem participar, no momento da inscrição, respeitando o limite de vagas por sala.

§ 2º - Cada grupo contará com mais de dois mediadores previamente definidos, um coordenador e um relator, a ser escolhido no início da discussão em sala, com a função de organizar a apreciação do texto base, subsidiar os debates, estimular a participação e sistematizar os trabalhos.

§ 3º - Cada Grupo de Trabalho deve construir entre 03 (três) e 05 (cinco) propostas de deliberação para o respectivo eixo debatido, das quais: pelo menos 02 (duas) propostas de deliberação para o próprio município; pelo menos 01 (uma) proposta de deliberação que trate da temática de promoção da igualdade racial em todos os grupos de trabalho.

§ 4º - Cada grupo deverá apreciar as respostas da consulta pública realizada pela plataforma COLAB e o texto base da Conferência.

§ 5º - Os (as) mediadores terão a função de apresentar e discutir o tema junto aos participantes, em até 120 minutos.

§ 6º - A Coordenação terá a função de conduzir as discussões, controlar o tempo e estimular a participação dos membros do Grupo de Trabalho.

§ 7º - Os Relatores do Grupo de Trabalho terão a função de registrar as propostas dos participantes em formulário próprio, disponibilizado pela Comissão Organizadora.

§ 8º - Constarão dos relatórios as 03 (três) a 05 (cinco) propostas que obtiverem, no mínimo, a aprovação da maioria simples dos participantes presentes dos respectivos grupos.

CAPÍTULO VII DAS MOÇÕES

Art. 14. - Cada grupo poderá aprovar até 02 Moções.

§ 1º - As moções são de repúdio, aplauso, apelo, apoio e congratulação.

§ 2º - As moções são aprovadas pelos participantes na plenária final, e não são manifestações pessoais, devendo ser construídas de tal forma que expresse o interesse coletivo.

§ 3º - As moções serão feitas em formulário próprio, disponibilizado pela comissão organizadora e poderão ser apresentadas e aprovadas no grupo de trabalho por maioria simples e encaminhadas à plenária final para aprovação.

CAPÍTULO VIII DA PARTICIPAÇÃO NA 2ª. COMIGRAR

Art. 15. - A I Conferência Municipal de Direitos Humanos e Cidadania também é uma Conferência Livre Local que antecede a 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apátrida - 2ª COMIGRAR, a ser realizada em 07, 08 e 09 de junho de 2024.

§ 1º - Os (as) participantes do Grupo de Trabalho Migrantes, Refugiados e Apátridas poderão discutir propostas referentes aos três níveis de governo, sendo que apenas as de caráter federal serão encaminhadas para a Conferência Nacional, e não elegerão delegados, conforme critérios divulgados pelo Ministério da Justiça.

§ 2º - Os formulários deverão ser preenchidos e enviados, dentro do prazo previsto no Calendário de Atividades, divulgados pelo Ministério da Justiça, para o e-mail comigrar2@mj.gov.br.

§ 3º - No Grupo de Trabalho Migrantes, Refugiados e Apátridas, serão formuladas e aprovadas até 6 (seis) propostas que deverão contemplar os eixos temáticos da 2ª. COMIGRAR.

§ 4º - O Grupo de Trabalho Migrantes, Refugiados e Apátridas deverá contar com pelo menos ¼ de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas.

CAPÍTULO IX DA PARTICIPAÇÃO NA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Art. 16. - Os (as) participantes da I Conferência serão divididos em delegados (as), convidados (as) e observadores.

Parágrafo Único: Serão garantidos na I Conferência Municipal de Direitos Humanos e Cidadania até 160 (cento e sessenta) participantes assim distribuídos: 80 delegados(os), e 70 convidadas(os) e 10 integrantes da Comissão Organizadora, sem prejuízo do número de observadores.

DA PLENÁRIA FINAL

Art. 17. - A Plenária Final será presidida pela Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e por um coordenador (a) indicado pela Comissão Organizadora da I Conferência Municipal.

Art. 18. - Cada Delegado (a) devidamente credenciado (a), terá direito a voz e voto na plenária final.

Parágrafo Único: - O tempo destinado ao direito a voz será de 01 (um) minuto para cada expositor, limitado a 10 (dez) inscrições.

Art. 19. - As deliberações que sofrerem destaque serão discutidas ao final de suas apresentações, a saber:

I - As propostas de destaque deverão ser encaminhadas à Mesa Diretora, por escrito ou por meio do uso do microfone, sendo permitidas apenas uma defesa, uma réplica e uma tréplica, com tempo máximo de 01 (um) minuto para cada uma, com o máximo de 3 (três) intervenções orais ou 3 (três) intervenções por escrito;

II - Caso a Plenária não esteja elucidada, a mesa Diretora poderá abrir 01 (um) minuto para a inscrição de uma intervenção a favor e outra contra, sem direito a réplica;



III - As propostas, uma vez elucidadas, serão submetidas à votação pela Plenária, considerando-se aprovada aquela que obtiver a maioria simples dos votos válidos, por contraste, recorrendo-se à contagem, em caso de dúvida.

Parágrafo Único - De acordo com as deliberações apresentadas, aquelas que não sofrerem destaque estarão automaticamente aprovadas.

CAPÍTULO X DO RELATÓRIO FINAL

Art. 20 - A apreciação do Relatório Final dar-se-á observando os seguintes critérios:

I - As deliberações serão lidas na Plenária Final, presidida pela Mesa Diretora, constituída pela Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e pela Comissão Organizadora da Conferência;

II - Aos delegados é assegurado o direito de solicitar destaque para exame de qualquer item do Relatório Final;

III - As solicitações de destaque deverão ser encaminhadas à Mesa Diretora da Plenária até 05 minutos após o término da leitura do Relatório Final;

IV - Os destaques devem constituir-se em propostas de nova redação alternativa, acréscimo ou supressão em relação aos itens destacados;

V - Os proponentes de destaque terão 01 (um) minuto improrrogável para a defesa do seu ponto de vista; o Coordenador da Mesa Diretora concederá a palavra a seguir, e por igual período, a um máximo de 03 (três) participantes que se apresentem, para defender posições contra e a favor daquela do proponente do destaque;

VI - Após o exercício do contraditório, os destaques serão colocados em votação, sendo aprovados aqueles que obtiverem a maioria simples dos votos dos delegados presentes;

VII - Após a votação dos destaques, proceder-se-á à votação do Relatório Final que subsidiará a elaboração da proposta de um Plano Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;

VIII - O Relatório Final será encaminhado às autoridades competentes e divulgado publicação oficial da Prefeitura de Niterói.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21 - Este regimento foi aprovado pela Comissão Organizadora.

Art. 22 - Serão conferidos certificados a todos os participantes da I Conferência Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Art. 23 - Os casos omissos, não previstos neste regimento, serão resolvidos pela Comissão Organizadora da I Conferência Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL E GEOTECNIA EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 021/2023.

Instrumento: Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado nº 018/2023. Partes: **Município de Niterói**, por meio da **Secretaria Municipal de Defesa Civil e Geotecnia** e Brenda Santos Siqueira, CPF nº 814.791.742-20, RG nº 502400 expedida pelo PC. Objeto: Execução da função de HIDRÓLOGA no âmbito da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Geotecnia. Prazo: 04 (quatro) meses e 13 (treze) dias. Valor: R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) mensais, à conta do Programa de Trabalho: 730106.122.145.4955, Natureza de Despesa: 319004, e Fonte de Recurso nº 1.500.00. Fundamento legal: artigo 37, inciso IX, da CRFB/88, Lei Municipal nº 3378/18 e Processo nº 740000851/2022. Data de assinatura: 19/10/2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

CORRIGENDA

Na publicação referente a Autorização de Dispensa do Processo nº 540000004/2023, publicado no Diário Oficial do Município em 25/10/2023, onde se lê: "...no VALOR de R\$ 1.620,86 (hum mil e seiscentos e vinte reais e oitenta e seis centavos)", leia-se: "...no VALOR de R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais)".

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA FMS/FGA Nº 747/2023- Torna público o fluxo operacional do Processo de Visto em Planta Arquitetônica no âmbito da Fundação Municipal de Saúde e dá outras providências.

CONSIDERANDO o Plano de Mapeamento de Processos Essenciais da Administração Local do Processo Eletrônico – ADML-FMS;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos fluxos processuais para a transição da tramitação eletrônica;

CONSIDERANDO o Decreto nº 14.177/2021 que institui o e-CIGA como o sistema único de processo eletrônico e organiza a realização de processo administrativo em meio eletrônico e não presencial no Município de Niterói;

CONSIDERANDO os atos de regulamentação expedidos pela coordenação-executiva do Comitê Gestor do Processo Eletrônico – CGPE;

CONSIDERANDO a Portaria FMS/FGA nº 651/2023 que regulamenta o sigilo de informações pessoais no sistema de processo eletrônico e-CIGA no âmbito da Fundação Municipal de Saúde;

A **Presidente da Fundação Municipal de Saúde**, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pelo Art. 28, inciso VI da Lei Ordinária nº 718/1988,

RESOLVE:

Art. 1º Fica criado o fluxo operacional do Processo de Visto em Planta Arquitetônica no âmbito da Fundação Municipal de Saúde de Niterói, mapeado pela Administração Local do Processo Eletrônico em conjunto com os setores envolvidos na tramitação.

Art. 2º Compõe o fluxo operacional do Processo de Visto em Planta Arquitetônica:

I. Fluxo Descritivo; II. Fluxo Gráfico.

Art. 3º Torna-se obrigatória a observação do presente fluxo na tramitação, instrução e demais procedimentos que deverão ser realizados no sistema de processo administrativo eletrônico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EXTRATO SUAD N.º: 086/2023

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2022

REFERÊNCIA: Pregão Eletrônico nº 35/2022, Processo nº 200/9737/2022. **PARTES:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI, J F FARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA, ESSENCIAL RIO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, LEMAN MEDICAMENTOS E CIA LTDA e PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. **OBJETO:** Alteração de dispositivo da Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 035/2022, na forma do art. 65, II, "b", da Lei Federal nº 8.666/93 e do item 10.2 desta Ata de Registro de Preços, de forma a alterar o modo de fornecimento e consignar a entrega parcelada dos itens para que os pedidos de fornecimento sejam formalizados por meio de ordens de compra a serem emitidas em conformidade com o planejamento mensal a ser previsto em notas de empenho. **PREZO:** Sem Alteração **VALOR:** Sem Valor

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 9900020951/2023

ANULAÇÃO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista os vícios apontados no processo administrativo, **ANULO A ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO** do resultado do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 41/2023, que visa ao **SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES E MONTA-CARGA, INSTALADOS NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI (FMS), COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE CONSUMO, PEÇAS E COMPONENTES**. Devem ser aproveitados os atos anteriores e a repetidos dos atos eivados de ilegalidade no certame licitatório.

PROCESSO Nº 9900020951/2023

ANULAÇÃO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista os vícios apontados no processo administrativo, **ANULO A ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO** do resultado do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 41/2023, que visa ao **SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES E MONTA-CARGA, INSTALADOS NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI (FMS), COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE CONSUMO, PEÇAS E COMPONENTES**. Devem ser aproveitados os atos anteriores e a repetidos dos atos eivados de ilegalidade no certame licitatório.

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS

APOSENTAR, VOLUNTARIAMENTE, com proventos integrais, de acordo com o artigo 3º da Emenda Constitucional 47/2005, **EDISON DE LIMA MIRANDA**, Médico, Matrícula n.º 229.919-6, Referência A-14, Nível Superior, do Quadro Permanente, com os proventos fixados conforme artigo 7º da EC 41/03 c/c artigo 2º da EC 47/05. **Referente ao Processo: 200007282/2021**

APOSTILA DE FIXAÇÃO DE PROVENTOS

Ficam fixados em **R\$ 6.220,34 (Seis mil, duzentos e vinte reais e trinta e quatro centavos)**, os proventos mensais de **EDISON DE LIMA MIRANDA, Médico**, Matrícula n.º 229.919-6, Classe A, Referência XIV, Nível Superior, do Quadro Permanente, com os proventos fixados conforme artigo 7º da EC 41/03 c/c artigo 2º da EC 47/05. **Referente ao Processo: 200007282/2021**

VENCIMENTO BASE – R\$ 4.607,66 (Quatro mil, seiscentos e sete reais e sessenta e seis centavos)

- Vencimento do cargo conforme Lei Municipal nº 2.104/2003 c/c art. 1º da Lei 3.799/2023, com enquadramento na ref. XIV da Tabela Salarial de Nível Superior.

GRATIFICAÇÃO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - R\$ 1.612,68 (Mil, seiscentos e doze reais e sessenta e oito centavos)

- Calculado sobre o vencimento base, art. 145 c/c art. 98, inciso I da Lei Municipal nº 531/85 – **35% (Trinta e cinco) por cento**.

RETIFICAR a Portaria nº 236/2023, datada de 16/06/2023 e publicada em 14/07/2023, para que o texto inicial passe ao seguinte: “APOSENTAR, VOLUNTARIAMENTE, com os proventos integrais, de acordo com o artigo 3º da Emenda Constitucional 47/2005, **CARMEN PEREZ VAQUEIRO ALONSO**, Assistente Social, Matrícula nº 218.915-7, Referência A-15, Nível Superior do Quadro Permanente, com os proventos fixados conforme o art. 7º da EC 41/2003 c/c artigo 2º da EC 47/2005.” Referente ao Processo: 200/3398/2023, autuado em 29/05/2023.

APOSTILA DE FIXAÇÃO DE PROVENTOS

Ficam fixados em **R\$ 6.531,38 (Seis mil, quinhentos e trinta e um reais e trinta e oito centavos)**, os proventos mensais de **CARMEN PEREZ VAQUEIRO ALONSO, Assistente Social**, Matrícula n.º 218.915-7, Classe A, Referência A-15, Nível Superior, do Quadro Permanente, com os proventos fixados conforme artigo 7º da EC 41/03 c/c artigo 2º da EC 47/05. **Ref. Processo 200003398/2023.**

VENCIMENTO BASE – R\$ 4.838,06 (Quatro mil, oitocentos e trinta e oito reais e seis centavos) - Vencimento do cargo conforme Lei Municipal nº 2.104/2003 c/c art. 1º da Lei 3.799/2023, com enquadramento na ref. A-15 da Tabela Salarial de Nível Superior.

GRATIFICAÇÃO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - R\$ 1.693,32 (Um mil, seiscentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos)

- Calculado sobre o vencimento base, art. 145 c/c art. 98, inciso I da Lei Municipal nº 531/85 – **35% (Trinta e cinco) por cento**.

PROCESSO DE VISTO SANITÁRIO EM PLANTA ARQUITETÔNICA

1. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

Legislação Federal:

- Lei Federal Complementar nº 123/2006;
- Lei Federal nº 8.080/1990;
- Lei Federal nº 9.782/1999;
- Lei Federal nº 13.874/2019;
- RDC ANVISA nº 418/2020;
- RDC ANVISA nº 153/2017;
- RDC ANVISA nº 50/2002;
- Instrução Normativa nº 66/2020;
- Resoluções do Comitê para gestão da rede nacional para a simplificação do registro e da legalização de empresas e negócios-CGSIM;
- RCGSIM nº 57/2020; RCGSIM nº 59/2020;

Legislação Estadual:

- Lei Estadual nº 8.953/2020
- Resolução SES nº 1.058/2014;
- Resolução SES nº 2.191/2020;

Legislação Municipal:

- Lei Municipal nº 2.564/2008 - Código Sanitário do Município de Niterói;
- Lei Municipal nº 2.624/2008 - Código de Posturas do Município de Niterói;
- Lei Municipal nº 2.597/2008 - Código Tributário do Município de Niterói;
- Lei Municipal nº 3.048/2013 - Normas sobre Atos Administrativos.

2. OBJETIVOS

Visto em planta arquitetônica, processo de legalização do estabelecimento, atesta que o imóvel atende as condições estruturais de acordo com a legislação sanitária vigente para funcionamento.

3. ABRANGÊNCIA

DEVIC - Departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses

4. UNIDADES FUNCIONAIS ENVOLVIDAS

Setores da própria estrutura interna do DEVIC:

- 2318 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PROTOCOLO;
- 2295 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ALIMENTOS;
- 2300 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - SAÚDE;
- 2295 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ALIMENTOS;
- 2296 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ENGENHARIA;
- 1319 - FMS - CCZ CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES;
- 2298 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PENALIDADES;
- 2281 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - JURÍDICO;
- 2279 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - GABINETE;
- 2299 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PUBLICAÇÕES.

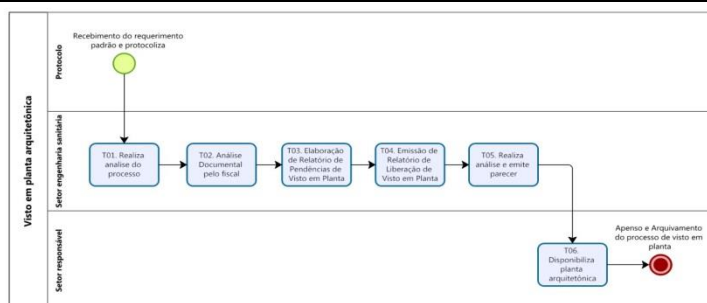
5. PRODUÇÃO DOCUMENTAL

- 5.1 Requerimento Padrão endereçado ao Chefe do DEVIC, contendo os documentos em anexo necessários a propositura do pedido;
- 5.2 Plantas Arquitetônicas;
- 5.3 Relatório de Pendências de Visto em Planta (quando couber);
- 5.4 Relatório de Liberação de Visto em Planta;
- 5.5 Arquivamento do processo no setor responsável

6. PROCEDIMENTOS PARA OBTENÇÃO DO VISTO EM PLANTA ARQUITETÔNICA

Início	Recebimento do requerimento padrão e protocoliza
Setor responsável	2318 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PROTOCOLO
Documentos produzidos	
Descrição da Atividade O Usuário/Cidadão/Contribuinte irá preencher e anexar o Requerimento Padrão, os documentos necessários e 3 (três) vias da planta arquitetônica do estabelecimento e protocolizar no Setor de Protocolo do DEVIC (gerando número de processo) que será encaminhado ao Setor de Engenharia Sanitária para análise e prosseguimento.	
Etapas subsequentes	T01 - Análise do processo (2296 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ENGENHARIA).
T01	Realiza análise do processo
Setor responsável	2296 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ENGENHARIA
Documentos produzidos	
Descrição da Atividade O Setor de Engenharia Sanitária procede à análise de Visto em planta arquitetônica e encaminha o processo para inclusão na pauta para a equipe de Fiscalização.	
Etapas subsequentes	T02 - Análise Documental pelo fiscal (2296 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ENGENHARIA).

T02	Análise Documental pelo fiscal
Sector responsável	2296 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ENGENHARIA
Documentos produzidos	
Descrição da Atividade A equipe de Fiscalização Sanitária irá proceder a análise documental do processo para averiguar o atendimento às exigências legais.	
Etapas subsequentes	T03 - Elaboração de Relatório de Pendências de Visto em Planta (2296 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ENGENHARIA).
T03	Elaboração de Relatório de Pendências de Visto em Planta
Sector responsável	2296 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ENGENHARIA
Documentos produzidos	
Descrição da Atividade Caso seja necessário, o fiscal elabora um Relatório de Pendências para que as não conformidades estruturais do estabelecimento sejam corrigidas.	
Etapas subsequentes	T04 - Emissão de Relatório de Liberação de Visto em Planta (2296 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ENGENHARIA).
T04	Emissão de Relatório de Liberação de Visto em Planta
Sector responsável	2296 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ENGENHARIA
Documentos produzidos	
Descrição da Atividade O fiscal analisa os documentos e despachos produzidos no processo e, não havendo inconformidades ou exigências a serem cumpridas, emite Relatório de Liberação de Visto em Planta e despacha ao Chefe do Setor Responsável os documentos produzidos.	
Etapas subsequentes	T05 - Realiza análise e emite parecer (2296 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ENGENHARIA).
T05	Realiza análise e emite parecer
Sector responsável	2296 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ENGENHARIA
Documentos produzidos	
Descrição da Atividade O Chefe do setor realiza análise do processo e emite parecer.	
Etapas subsequentes	T06 - Disponibiliza planta arquitetônica (Setor responsável).
T06	Disponibiliza planta arquitetônica
Sector responsável	Setor responsável
Documentos produzidos	
Descrição da Atividade Após análise do processo, o chefe do Setor de Engenharia Sanitária encaminha ao Setor Responsável o processo com parecer favorável do visto em planta arquitetônica. Uma via da planta arquitetônica aprovada é disponibilizada para retirada pelo requerente. A segunda via é arquivada no Setor de Engenharia Sanitária e a terceira via é encaminhada, no processo, ao Setor responsável pelo licenciamento do estabelecimento.	
Etapas subsequentes	TF - Apenso e Arquivamento do processo de visto em planta (Setor responsável).
Fim	Apenso e Arquivamento do processo de visto em planta
Sector responsável	Setor responsável
Documentos produzidos	
Descrição da Atividade Processo será arquivado pelo Setor responsável após apenso no processo de licenciamento sanitário do estabelecimento.	
Etapas subsequentes	Não possui



PORTARIA FMS/FGA Nº 748/2023

Torna público o FLUXO OPERACIONAL DO PROCESSO DE HABITE-SE SANITÁRIO no âmbito da Fundação Municipal de Saúde e dá outras providências.

CONSIDERANDO o Plano de Mapeamento de Processos Essenciais da Administração Local do Processo Eletrônico – ADML-FMS;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos fluxos processuais para a transição da tramitação eletrônica;

CONSIDERANDO o Decreto nº 14.177/2021 que institui o e-CIGA como o sistema único de processo eletrônico e organiza a realização de processo administrativo em meio eletrônico e não

presencial no Município de Niterói;

CONSIDERANDO os atos de regulamentação expedidos pela coordenação-executiva do Comitê Gestor do Processo Eletrônico – CGPE;

CONSIDERANDO a Portaria FMS/FGA nº 651/2023 que regulamenta o sigilo de informações pessoais no sistema de processo eletrônico e-CIGA no âmbito da Fundação Municipal de Saúde;

A **Presidente da Fundação Municipal de Saúde**, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pelo Art. 28, inciso VI da Lei Ordinária nº 718/1988,

RESOLVE:

Art. 1º Fica criado o fluxo operacional do Processo de Habite-se Sanitário no âmbito da Fundação Municipal de Saúde de Niterói, mapeado pela Administração Local do Processo Eletrônico em conjunto com os setores envolvidos na tramitação.

Art. 2º Compõe o fluxo operacional do Processo de Habite-se Sanitário:

I. Fluxo Descritivo; II. Fluxo Gráfico.

Art. 3º Torna-se obrigatória a observação do presente fluxo na tramitação, instrução e demais procedimentos que deverão ser realizados no sistema de processo administrativo eletrônico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PROCESSO DE HABITE-SE SANITÁRIO

1. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

-Legislação Federal:

- Lei Federal Complementar nº 123/2006;
- Lei Federal nº 8.080/1990;
- Lei Federal nº 9.782/1999;
- Lei Federal nº 13.874/2019.
- RDC ANVISA nº 418/2020;
- RDC ANVISA nº 153/2017;
- Instrução Normativa nº 66/2020;
- Resoluções do Comitê para gestão da rede nacional para a simplificação do registro e da legalização de empresas e negócios-CGSIM:
- RCGSIM nº 57/2020;
- RCGSIM nº 59/2020;

-Legislação Estadual:

- Lei Estadual nº 8.953/2020;
- Resolução SES nº 1.058/2014;
- Resolução SES nº 2.191/2020;

-Legislação Municipal:

- Lei Municipal nº 2.564/2008 - Código Sanitário do Município de Niterói;
- Lei Municipal nº 2.624/2008 - Código de Posturas do Município de Niterói;
- Lei Municipal nº 2.597/2008 - Código Tributário do Município de Niterói;
- Lei Municipal nº 3.048/2013 - Normas sobre Atos Administrativos.

2. OBJETIVOS

Habite-se Sanitário, processo de legalização de imóvel, atesta que o mesmo atende as condições higiênico-sanitárias de acordo com a legislação vigente para ocupação.

3. ABRANGÊNCIA

DEVIC - Departamento de Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses

4. UNIDADES FUNCIONAIS ENVOLVIDAS

Setores da própria estrutura interna do DEVIC:

- 2318 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PROTOCOLO
- 2296 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ENGENHARIA
- 2298 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PENALIDADES
- 2281 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - JURÍDICO
- 2279 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - GABINETE
- 2299 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PUBLICAÇÕES

5. PRODUÇÃO DOCUMENTAL

5.1 Requerimento Padrão endereçado ao Chefe do DEVIC, contendo os documentos em anexo necessários a propositura do pedido;

5.2 Parecer favorável a expedição de Habite-se Sanitário;

5.3 Despacho ao Gabinete solicitando a Autorização para expedição do Habite-se Sanitário;

5.4 Despacho do Chefe do DEVIC para a expedição do documento;

5.5 Habite-se Sanitário expedido e assinado;

5.6 Despacho ao Setor de Publicação: PUBLIQUE-SE;

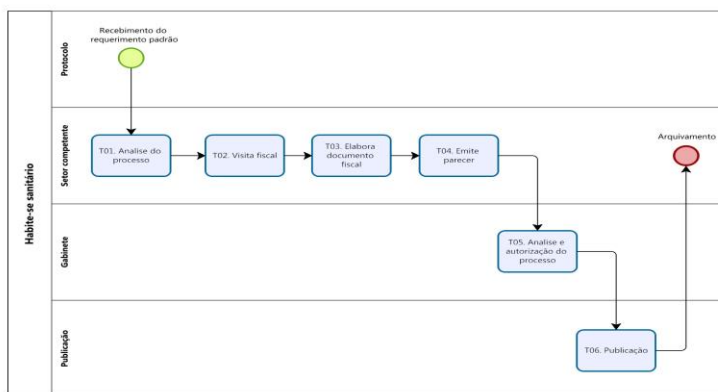
5.7 Publicação em D.O.;

5.8 Arquivamento do processo no setor responsável;

6. PROCEDIMENTOS PARA OBTENÇÃO DO HABITE-SE SANITÁRIO

Início	Recebimento do requerimento padrão
Setor responsável	2318 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PROTOCOLO
Documentos produzidos	
Descrição da Atividade O Usuário/Cidadão/Contribuinte irá preencher e anexar o Requerimento Padrão e os documentos necessários e protocolizar o documento no Setor de Protocolo do DEVIC, (gerando número de processo) que será encaminhado ao Setor Competente para análise e prosseguimento	
Etapas subsequentes	T01 - Análise do processo (Setor competente).
T01	Análise do processo
Setor responsável	Setor competente
Documentos produzidos	
Descrição da Atividade O Setor Competente procede com a análise de Habite-se sanitário e encaminha o processo para inclusão na pauta de vistoria, designando a equipe de Fiscalização para efetuar a Vistoria Sanitária prévia, por intermédio de uma Ordem de Serviço.	
Etapas subsequentes	T02 - Visita fiscal (Setor competente).
T02	Visita fiscal
Setor responsável	Setor competente
Documentos produzidos	
Descrição da Atividade A equipe de Fiscalização Sanitária irá proceder ao local para realizar a vistoria para averiguar o atendimento às exigências legais.	
Etapas subsequentes	T03 - Elabora documento fiscal (Setor competente).
T03	Elabora documento fiscal
Setor responsável	Setor competente
Documentos produzidos	
Descrição da Atividade Após a visita, a equipe de Fiscalização Sanitária despacha ao Chefe do Setor responsável relatando as condições estruturais encontradas no local.	
Etapas subsequentes	T04 - Emite parecer (Setor competente)
T04	Emite parecer
Setor responsável	Setor competente
Documentos produzidos	
Descrição da Atividade	

O chefe do Setor analisa os documentos e despachos produzidos no processo e, não havendo inconformidades ou exigências a serem cumpridas, emite parecer favorável à expedição do Habite-se Sanitário e encaminha o processo ao Gabinete para apreciação do chefe do DEVIC.	
Etapas subsequentes	T05 - Analise e autorização do processo (2279 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - GABINETE).
T05	Análise e autorização do processo
Setor responsável	2279 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - GABINETE
Documentos produzidos	
Descrição da Atividade Após análise do processo, o chefe do Devic autoriza a expedição e assina o Habite-se Sanitário e encaminha o documento, através de despacho, para o Setor de Publicação.	
Etapas subsequentes	T06 - Publica o Habite-se Sanitário (2299 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PUBLICAÇÕES)
T06	Publica o Habite-se Sanitário
Setor responsável	2299 - FMS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PUBLICAÇÕES
Documentos produzidos	
Descrição da Atividade Com o Habite-se Sanitário expedido e assinado, será publicado no Diário Oficial do Município o ato concessivo, e o Processo será arquivado pelo Setor responsável.	
Etapas subsequentes	E.F - Arquivamento do processo administrativo.
FIM	Arquivamento do processo administrativo
Setor responsável	
Documentos produzidos	
Etapas subsequentes	Não possui.



NITERÓI PREV. Despachos da Presidência:

PROCESSO n.º 9900048030/2023 – **DEFERIDO.**
PROCESSO n.º 9900048556/2023 – **DEFERIDO.**

EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA

ERRATA CONCORRÊNCIA PÚBLICA 13/2023- PROC. Nº 9900022166/2023

A Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados que foi retificado o seguinte ponto do Edital: O item 2.2 do Edital onde se lê: Para os fins do inciso I, do parágrafo 1º, do Art. 30, da Lei Federal nº 8.666/93, são consideradas parcelas de maior relevância técnica:

- ITENS: 1.2, 1.5, 1.10, 1.12, da PLANILHA COMUNIDADE IGREJINHA.
- ITENS: 1.2, 1.3, 1.12, 1.31, da PLANILHA COMUNIDADE GROTA.

Leia-se: Para os fins do inciso I, do parágrafo 1º, do Art.30, da Lei Federal nº 8.666/93, são consideradas parcelas de maior relevância técnica:

- ITENS: 1.2 cod.01.050.0162-A, 1.5 cod.05.098.0002-A, 1.10 cod.06.004.0080-A, 1.12 cod.08.015.0040-A, da PLANILHA COMUNIDADE IGREJINHA
- ITENS: 1.2 cod.01.050.0162-A, 1.3 cod.01.050.0232-A, 1.12 cod.08.015.0040-A, 1.31 cod.11.013.0105-A, da PLANILHA COMUNIDADE GROTA.

2ª ERRATA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 13/2023- PROC. Nº 9900022166/2023

A Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados que foi retificado o seguinte ponto do Edital: O item 2.2 do Edital onde se lê: Para os fins do inciso I, do parágrafo 1º, do Art. 30, da Lei Federal nº 8.666/93, são consideradas parcelas de maior relevância técnica:

- ITENS: 1.2 cod.01.050.0162-A, 1.5 cod.05.098.0002-A, 1.10 cod.06.004.0080-A, 1.12 cod.08.015.0040-A, da PLANILHA COMUNIDADE IGREJINHA.
- ITENS: 1.2 cod.01.050.0162-A, 1.3 cod.01.050.0232-A, 1.12 cod.08.015.0040-A, 1.31 cod.11.013.0105-A, da PLANILHA COMUNIDADE GROTA.

Leia-se: Para os fins do inciso I, do parágrafo 1º, do Art. 30, da Lei Federal nº 8.666/93, são consideradas parcelas de maior relevância técnica:

- ITEM: 1.12 cod.08.015.0040-A, das PLANILHAS COMUNIDADE IGREJINHA e COMUNIDADE GROTA.

ERRATA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 12/2023- PROC. Nº 9900043778/2023

A Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados que foi retificado o seguinte ponto do Edital:

- 1) Foi incluído o Item 8.3.9: "Certidão ambiental de inexistência ou existência, nos últimos 05 (cinco) anos, de dívidas financeiras referentes a infrações ambientais praticadas pelo requerente, emitida pelo INEA/RJ, conforme a competência de suas atribuições, obedecendo o prazo de validade previsto."

- 2) Na cláusula décima quinta da minuta de contrato: onde se lê: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA, leia-se: DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

Na mesma cláusula fica incluído: PARAGRAFO TERCEIRO - A subcontratação será de no máximo 30% da obra e admitida mediante prévia autorização do Município de Niterói, excluindo deste, as atividades englobadas nas parcelas de maior relevância. As consultas deverão vir acompanhadas da qualificação técnica da empresa subcontratada. Vedada a cessão ou sub-rogação, nos termos do art. 72 da Lei Federal nº 8.666/93.

- 3) O item 15.7 § 5º passa a vigorar a seguinte redação: O preço dos demais insumos poderá ser reajustado após 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, de acordo com índice da coluna 6 INCC- edificações (antiga coluna 35 – edificações), que deverá retratar a



variação efetiva dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001

Foram revisados e alterados, a planilha orçamentaria, memoria de cálculo e cronograma físico financeiro.

4) No item 8.3.2: foi incluído no texto "...e CRT, conforme o caso...".

5) No item 8.3.4: foi retirado o texto "ou as do objeto", por erro material.

6) Foi anexado um novo Termo de Referência

Os anexos alterados, e novo Edital constam no site www.emusa.niteroi.rj.gov.br.